



| | |
|-------------|---|
| PROCESSO | SEI: 00176.002813/2025-99 |
| | Processo de Fiscalização nº 1000244214-01A/2025 |
| INTERESSADO | WOODS CASA LTDA |
| ASSUNTO | EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO PJ |

DELIBERAÇÃO Nº 124/2025 - CAURS/PLEN/CEP

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre - RS, na sede do CAU/RS, no dia 6 de outubro de 2025, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica WOODS CASA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.303.058/0001-45, depois de devidamente notificada sem regularizar a situação infracional, foi autuada por exercer, promover-se, divulgar que exerce ou oferecer atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sem registro no CAU, configurando exploração econômica da atividade;

Considerando o art. 52, *caput*, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que diz: “Apresentada defesa ao auto de infração, esta será encaminhada à CEP-CAU/UF para apreciação e julgamento, com base em relatório e voto fundamentado do conselheiro relator designado dentre os membros da comissão”;

Considerando o relatório e o voto fundamentado do(a) Conselheiro(a) Relator(a), pela manutenção do Auto de Infração nº 1000244214-01A/2025 e da multa aplicada pelo agente de fiscalização, no valor de 7 (sete) anuidades, que corresponde a R\$ 5.120,71 (cinco mil, cento e vinte reais e setenta e um centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso I, da Resolução CAU/BR nº 198/2020;

DELIBERA:

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, conselheira Fabiana Donatti, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000244214-01A/2025 e da multa aplicada pelo agente de fiscalização, no valor de 7 (sete) anuidades, que corresponde a R\$ 5.120,71 (cinco mil, cento e vinte reais e setenta e um centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso I, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa jurídica autuada, WOODS CASA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.303.058/0001-45, incorreu em infração ao art. 39, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, c/c o art. 7º da Lei nº 12.378/2010, por exercer, promover-se, divulgar que exerce ou oferecer atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sem registro no CAU, configurando exploração econômica da atividade;

2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto nos arts. 53, *caput* e § 1º, 71 e 72 da Resolução CAU/BR nº 198/2020;

3. Por informar ao interessado que o valor da multa pode ser quitado antes do trânsito em julgado, bem como pode ser parcelado mediante a emissão de Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívida, conforme o disposto no art. 46 da Resolução CAU/BR nº 198/2020 e na Resolução CAU/BR nº 153/2017;

4. Por indicar ao interessado que a regularização do fato motivador deve ser realizada por meio do registro da empresa

no CAU, uma vez que a pessoa jurídica tem como atividade o CNAE 7111100 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA e seu objeto social inclui explicitamente a prestação de "SERVIÇOS DE ARQUITETURA", a fim de afastar a hipótese de continuidade da infração, reincidência e abertura de novo procedimento ou processo de fiscalização, com a possibilidade de nova autuação e nova multa;

5. Após o trânsito em julgado, caso a situação infracional não tenha sido regularizada, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que apure a continuidade da infração e reincidência, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes; com **4 votos favoráveis** das conselheiras Rafaela Ritter dos Santos, Nathália Pedrozo Gomes, Fabiana Donatti e Ingrid Louise de Souza Dahm. Registra-se a ausência da conselheira Cristiane Bisch Piccoli.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre - RS, 6 de outubro de 2025.

479ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - RS - CAU/RS
(Presencial)

Folha de Votação

| Função | Conselheiro | Votação | | | |
|----------------------|-----------------------------|---------|-----|-------|--------|
| | | Sim | Não | Abst. | Ausên. |
| Coordenadora | Rafaela Ritter dos Santos | X | | | |
| Coordenadora-adjunta | Cristiane Bisch Piccoli | | | | X |
| Membro Suplente | Nathália Pedrozo Gomes | X | | | |
| Membro Suplente | Fabiana Donatti | X | | | |
| Membro | Ingrid Louise de Souza Dahm | X | | | |

Histórico da votação:

479ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CAU/RS

Data: 06/10/2025

Matéria em votação: Processo de Fiscalização nº 1000244214-01A/2025

Resultado da votação: Sim (4) Não (0) Abstenções (0) Ausências (1), Total (4)

Impedimento/suspeição: (0)

Ocorrências: (0)

Condução dos trabalhos (coordenadora/substituto legal): Rafaela Ritter dos Santos

Assessoria Técnica: Melina Greff Lai



Documento assinado eletronicamente por **MELINA GREFF LAI, Assessor(a) Técnico(a)**, em 07/10/2025, às 16:14 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA RITTER DOS SANTOS, Coordenador(a)**, em 12/10/2025, às 11:04 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **17D0D75B** e informando o identificador **0749367**.

Rua Dona Laura, 320 14/15o. Andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS

www.caurs.gov.br

00176.002813/2025-99

0749367v29



| | |
|--------------------|--|
| PROCESSO | 1000244214 |
| INTERESSADO | Woods Casa Ltda. |
| ASSUNTO | Análise e parecer sobre processo de fiscalização – Exercício ilegal da profissão PJ. |
| RELATOR | Fabiana Donatti |

HISTÓRICO DO PROCESSO

Trata-se de processo de fiscalização iniciado a partir de rotina, a qual identificou que a referida empresa, inscrita no CNPJ nº 51.303.058/0001-45, oferece serviços de arquitetura em mídia social. Além disso, a empresa está registrada com a atividade CNAE 7111100 - Serviços de Arquitetura, e seu objeto social inclui explicitamente a prestação de "SERVIÇOS DE ARQUITETURA". Contudo, a referida empresa não está devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme exigido pela legislação vigente.

O Relatório de Fiscalização com o registro da ação fiscalizatória ocorreu em 11/02/2025.

A Notificação Preventiva foi emitida em 11/02/2025.

A Notificação foi enviada por aplicativos de mensagens, havendo ciência em 11/02/2025.

Empresa retornou com dúvidas sobre o registro e foi orientada através de aplicativo de mensagem e reforços via e-mail no dia 11/04, 30/04 e 05/05/2025. Apesar da dilação de prazo concedida de ofício pelo agente de fiscalização, a parte permaneceu em inação, não concluindo a etapa de registro, tendo sido, então, o auto de infração gerado.

O Auto de Infração foi lavrado em 07/05/2025.

O Auto de Infração foi enviado por aplicativos de mensagens, havendo ciência em 07/05/2025.

Em 07/05/2025 o interessado apresentou defesa ao Auto de Infração para análise da CEP.

ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

A parte alega instabilidade no acesso ao SICCAU. No entanto, os prazos foram dilatados havendo tempo hábil para efetuar o registro.

Além disso, a parte interessada não eliminou o fato gerador e nem efetuou o pagamento da multa até o presente momento.

Diante de tais fatos e

Considerando que o rito processual foi corretamente seguido;

Considerando o art. 7º da Lei 12.378/2010:

“Art. 7º. Exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresenta como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU”

Considerando o art. 39, inciso II, da Resolução 198/2020:

“II – exercer, promover-se, divulgar que exerce ou oferecer atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sem registro no CAU, configurando exploração econômica da atividade;

Infrator: pessoa jurídica;”

Considerando a Lei nº 6.839/1980, que em seu art. 1º diz:

“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”

Considerando o art. 52 da Resolução 198/2020:

“Apresentada defesa ao auto de infração, esta será encaminhada à CEP-CAU/UF para apreciação e julgamento, com base em relatório e voto fundamentado do conselheiro relator designado dentre os membros da comissão.”

Considerando o (s) fato (s) que justifiquem o recálculo da multa (), segue aplicação de nova dosimetria, conforme art. 42 da Resolução CAU/BR nº 198/2020:

| | | |
|-----------------------|--|---|
| Gravidade da Infração | 13 ponto (s) | Exercício ilegal da profissão PJ (Gravíssima) |
| Grau de Impacto | 0 ponto (s) | |
| Agravantes | 0 ponto (s) | |
| Atenuantes | 0 ponto (s) | |
| Total de pontos | 13 ponto (s), equivalendo a 7 anuidade (s), conforme Tabela V da Resolução 198/2020. | |

Chegamos ao valor de R\$ 5120,71.

VOTO

Diante do exposto acima, opino por não conhecer as razões informadas pela parte autuada, quais sejam, dificuldades em acessar o sistema SICCAU. À parte foram concedidas dilações de prazo, o que não justifica a falta de continuidade do processo de registro da empresa junto ao Conselho. Reitera-se que fora orientada sobre todas as suas dúvidas. Considerando, ainda, que a solicitação de registro seguiu estagnada, sem a emissão do RRT de cargo e função do responsável técnico para sua efetivação, é evidente a infração ao exercício profissional, estando a empresa ainda irregular e com a multa não paga.

Assim, voto pela Manutenção do Auto de Infração com base nos Art. 7º da Lei 12.378/2010 e inciso II do Art. 39 da Resolução Nº 198/2020 do CAU/BR, mantendo o valor da multa aplicada pela Fiscalização do CAU/RS.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2025

Fabiana Donatti

Conselheira da CEP-CAU/RS em exercício da titularidade



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA DONATTI, Conselheiro(a)**, em 04/10/2025, às 16:21 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **F2F8F570** e informando o identificador **0735257**.